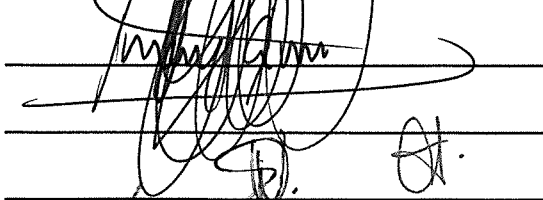





CONTA DE GERÊNCIA 2018


CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

Aprovado em reunião de Câmara, 22/ 04/ 2018





Aprovado em reunião de Assembleia, 22/04/2018



Carmelinda F. Alves

Francisco Gonçalves

Cronolox

* 79






GUIA DE REMESSA

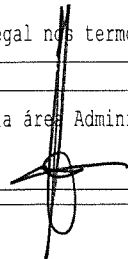
MUNICIPIO DE PORTO MONIZ

Envia à Direcção Geral do Tribunal de Contas os documentos constitutivos da conta de gerência relativa
ao período de 2 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

| Nº do Doc. | DESIGNAÇÃO |
|------------|--|
| 1 | Balanço |
| 2 | Demonstração de Resultados |
| 3 | Controlo Orçamental da Despesa |
| 4 | Controlo Orçamental da Receita |
| 5 | Fluzos de Caixa |
| 6 | Contas de Ordem |
| 7 | Operações de Tesouraria |
| 8 | Caracterização da Entidade |
| 9 | Contratação administrativa |
| 10 | Empréstimos |
| 11 | Relatório de Gestão |
| 12 | Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta |
| 13 | Norma de controlo interno e suas alterações |
| 14 | Síntese das Reconciliações Bancárias |
| 15 | Relação Nominal dos Responsáveis |
| 16 | Parecer e certificação legal nos termos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro |

O Dirigente responsável pela área Administrativa e Financeira

Assinatura _____



Generals A KG



Índice

- Introdução
- Organização Municipal
- Análise da situação económica
- Evolução das Dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros
- Proposta da aplicação do resultado líquido do exercício

Gonçalves

2019



Handwritten marks and signatures on the right margin.

Introdução

O presente Relatório e Contas de Gerência, relativo ao exercício de 2018, confirma a grande diversidade e dimensão da atividade desenvolvida pelo Município.

Dando cumprimento à obrigatoriedade legal, a Câmara Municipal de Porto Moniz elaborou e apresenta à apreciação e votação dos seus órgãos autárquicos competentes os documentos respeitantes à Prestação da Conta de Gerência, relativa ao ano económico de 2018, para que sejam posteriormente analisados pelas devidas instâncias.

A atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Porto Moniz, no ano de 2018, encontra-se sintetizada e descrita nos documentos de prestação de contas e relatório de Gestão, que se apresentam em conjunto, e que constituem os principais documentos técnicos e políticos da autarquia.

Em 2018, mantivemos o foco nos compromissos que assumimos com a população do Porto Moniz, chegando ao fim deste exercício, concluído o quinto ano deste executivo na condução dos destinos deste município, com um saldo positivo nas suas contas. De facto, transita em 2018 um saldo no valor de 748.932,39 euros, significando isto que o Município foi contido nas suas despesas. Os valores apurados permitem constatar que o Município terminou o exercício sem quaisquer dívidas a fornecedores. Associado a esta inexistência de dívidas está um outro indicador merecedor de destaque: de acordo com a fórmula de cálculo da DGAL, a Câmara Municipal de Porto Moniz paga aos seus fornecedores num prazo médio de oito dias. O Município, como um dos maiores empregadores e dinamizadores económicos do Concelho, dá assim o exemplo e reafirma-se como bom pagador, amigo das empresas e da economia. Este aspeto é fundamental para atingirmos o objetivo de tornar o Porto Moniz um concelho atrativo para o investimento, gerador de emprego e potenciador da fixação de empresas.

Este executivo continua ciente das dificuldades com que alguns munícipes se debatem, sobretudo devido ao desemprego, causador de situações de carência económica. Continua a ser desenvolvido um trabalho no sentido de serem dadas respostas adequadas para alterar este contexto social, através da criação de programas de trabalho, como o Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho “Porto Moniz Trabalho +”.

As finanças públicas nacionais exigem cada vez mais dos organismos públicos, por meio das recomendações dos sucessivos Orçamentos de Estado, cabendo às autarquias seguirem

Gaspar 1/19



Handwritten marks on the right margin, including a large scribble and the letters 'E' and 'A'.

escrupulosamente as diretrizes daí emanadas, havendo cada vez mais a necessidade de priorizar as necessidades reais.

Relativamente à contenção orçamental, o Município do Porto Moniz está em sintonia com a lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio ao encontro da disciplina das finanças públicas, impondo fortes constrangimentos na gestão de tesouraria e proibindo a assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis e determinando a regularização dos pagamentos em atraso. A racionalização/redução da despesa Municipal é imperiosa, obrigando a escolhas cada vez mais fundamentadas, designadamente através da análise e ponderação sistemática da necessidade e utilidade da despesa e das opções a tomar na seleção das várias alternativas suscetíveis de justificarem a afetação dos recursos disponíveis. Neste contexto, temo-nos focado em medidas de execução prioritárias e de consolidação orçamental, com vista a garantir a sustentabilidade das contas e o controlo da despesa, num contexto de grande exigência.

Quanto ao endividamento, e através do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), o Município do Porto Moniz encontra-se dentro dos parâmetros exigidos.

Em 2018, o Município do Porto Moniz honrou todos os seus compromissos com a Banca. Além de não ter sido contraído qualquer empréstimo, foram abatidos cerca de 407.000 €, um valor significativo da dívida contraída por Executivos Municipais anteriores, que neste momento ronda os 1,9 milhões de euros. Aquando do início de funções deste executivo, o valor total em dívida por parte da autarquia rondava os 4,2 milhões de euros, o que significa que se procedeu já ao pagamento de cerca de 2,3 milhões de euros de dívidas herdadas.

Temos de salientar que neste exercício económico, o município teve uma redução nas transferências do Estado, resultante da aplicação da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que veio implementar a obrigatoriedade de realizar a transferência de capital ao Fundo Social Municipal no valor de 285.657,06 euros durante os próximos sete anos, tendo já sido transferido até o ano de 2018 o valor de 153.030,00 euros.

Mesmo com todas estas contingências financeiras, o Município de Porto Moniz encerrou o ano civil com um Resultado Líquido positivo de 553.822,28 (Quinhentos e cinquenta e três mil oitocentos e vinte e dois euros e vinte e oito cêntimos). No que respeita ao Saldo de Gerência do Orçamento de 2018, o mesmo foi positivo em 748.932,39€ (setecentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e

Gonçalves

A. J. G.



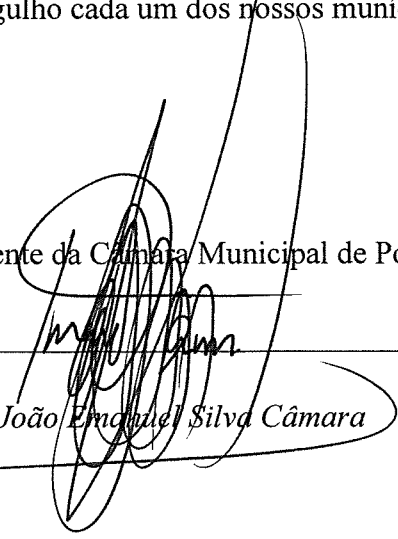
dois euros e trinta e nove cêntimos). Paralelamente, fruto da gestão rigorosa praticada por este executivo, a dívida de curto prazo do município é nula, permanecendo apenas as dívidas dos acordos de pagamentos efetuados entre o Município e a EEM (102.573,36€) e Valor Ambiente (46.052,13€), acordos que estão a ser rigorosamente cumpridos.

Em termos orçamentais, no ano de 2018, assistimos a uma execução da receita sem a incorporação do saldo da gerência anterior. Com o valor final de 6.352.168,51 €, temos uma execução de 97,60% na receita corrente, mas com a sua incorporação no montante de 1.035.717,00€, obtivemos uma execução de 75,20%, o que consideramos ser um bom indicador financeiro. Relativamente à execução da despesa, esta cifrou-se em 66,90%, já com a incorporação do saldo da gerência anterior, sendo a Despesa Corrente de 85,88 % e a despesa de Capital de 39,16 %.

Nunca é demais lembrar o precioso contributo de todos os trabalhadores do Município do Porto Moniz, graças aos quais tem sido possível trabalhar de forma coerente e efetiva em prol da população deste município, no âmbito social, urbanístico, cultural, ambiental, desportivo e educacional.

Tenho afirmado incansavelmente que somos e queremos continuar a ser melhor destino turístico na costa norte e para isso temos apostado na manutenção e melhoria das infraestruturas para que aqueles que nos visitam usufruam ao máximo do que este concelho tem para oferecer. Sabemos ao que nos propusemos e mantemos o fio condutor que tem norteado a nossa atuação: trabalhar para e pelas pessoas, em prol de um Porto Moniz capaz de encher de orgulho cada um dos nossos munícipes.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz.


João Emanuel Silva Câmara

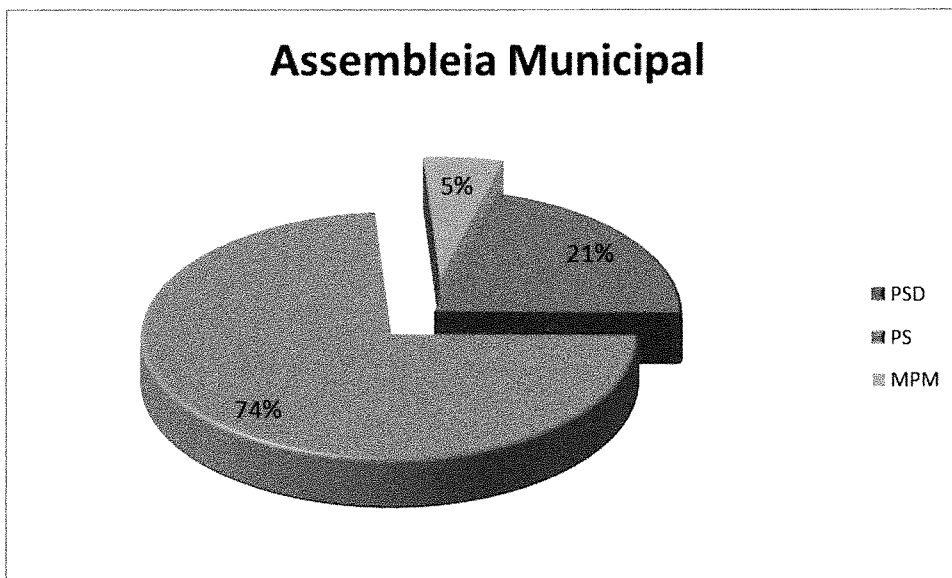
Capítulo I

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A Organização do Município de Porto Moniz caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

A estrutura política assenta em dois órgãos: a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas, e a Assembleia Municipal, com funções de natureza primordialmente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 19 deputados, dos quais 15 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e 4 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta de Freguesia.



Deputados do PS – 10

Deputados do PSD – 4

Deputado do MPM – 1

Juntas de freguesia do PS - 4

Membros do órgão executivo e competências que lhes estão delegadas

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p><u>João Emanuel Silva Câmara</u> Presidente - PS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ As competências Materiais previstas nas alíneas do n.º 1 do art. N.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro | | |
| | <p><u>Luís Teixeira</u> Vice-Presidente – PS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipamento rural e urbano; ✓ Ordenamento do território; ✓ Mobilidade Urbana; ✓ Ambiente e Saneamento Básico; ✓ Cemitérios; ✓ Higiene e Segurança no Trabalho; ✓ Energia; ✓ Taxas e licenças do seu pelouro. | | <p><u>Nélio Sequeira</u> Vereador – PS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Saúde; ✓ Desenvolvimento Económico e Turismo; ✓ Agricultura e Pescas; ✓ Cultura e Ciência; ✓ Juventude e Associativismo; ✓ Proteção Animal; ✓ Gestão, Manutenção e Conservação Geral das Piscinas, Teleférico, Aquário, Parque de Campismo, Biblioteca e Espaço Multiusos; ✓ Transportes; ✓ Juntas de Freguesias; ✓ Tempos Livres e Desporto; ✓ Taxas e licenças do seu pelouro. |
| | <p><u>Graciela Silva</u> Vereadora - PS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Educação; ✓ Envelhecimento Ativo; ✓ Ação Social; ✓ Habitação e Desenvolvimento Social; ✓ Recursos Humanos; ✓ Igualdade de Género; ✓ Taxas e licenças do seu pelouro. | | <p><u>Rui Nelson</u> Vereador - PSD</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sem Pelouro. |

Gonçalves

A

APC



ENQUADRAMENTO LEGAL

Neste relatório de Gestão pretende-se dar a conhecer, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município do Porto Moniz, no ano de 2018.

Submete-se à aprovação do Órgão Executivo o Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Porto Moniz, relativo ao ano económico de 2018, conforme determina o disposto na alínea i) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto de Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, e pela resolução n.º 4/2001 – 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de Julho de 2001, contemplando a análise da situação económica e financeira do município, utilizando para o efeito a informação produzida pelos módulos da contabilidade orçamental (Execução Orçamental da Receita e Despesa) e da contabilidade patrimonial (Balanço e Demonstração de Resultados).

Submete-se à aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DO PLANO DE ATIVIDADES E A CONTA DE GERÊNCIA DE 2018 desta autarquia.

Capítulo II

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DO MUNICÍPIO

Para uma melhor sistematização da análise, este capítulo foi subdividido nas seguintes secções:

- 1) *Endividamento;*
- 2) *Análise estrutural das receitas e despesas;*
- 3) *Execução do Plano Plurianual de Investimento – PPI;*
- 4) *Comparação receita versus despesa e os respetivos valores;*
- 5) *Análise económica da Câmara Municipal do Porto Moniz;*
- 6) *Anexo às Demonstrações Financeiras.*

Gonçalves

Handwritten initials/signature



FICHA DO MUNICÍPIO – 2018

A. Dados entidade:

Área (Km2) 82.93 População (hab.) 2417 Eleitores (n.º) 3418
 Pessoal ao serviço (n.º) 90 (4.º Trimestre de 2018)

B. Receita corrente cobrada líquida

| Receita Corrente Líquida 2015 | Receita Corrente Líquida 2016 | Receita Corrente Líquida 2017 | Total | Média da receita corrente líquida |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------|-----------------------------------|
| (1) | (2) | (3) | (4) = (1)+(2)+(3) | (5)=(4)/(3) |
| 4.356.745 | 4.482.614 | 4.967.070 | 13.806.429 | 4.602.143 |

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2017 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 6.903.214,54

D. Dívida total da autarquia

(em euros)

| Limite | Dívida Total | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|--------------|---|-------------------------|-------------------------|-------------------|
| | Total da dívida a terceiros | Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part | Dívida Total | Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM | Montante em Excesso | Margem Absoluta | Margem Utilizável |
| (1) | (2) | (3) | (4)=(2)+(3) | (5) | (6)=(5)-(1), se (5)>(1) | (7)=(1)-(5), se (5)<(1) | (8)=(7)*20% |
| 6.903.215 | 01/01/2018 | | | | | | |
| | 2.498.913 | 2.679 | 2.501.592 | 2.288.509 | | 4.614.706 | 922.941 |
| | 31/12/2018 | | | | | | |
| | 2.011.939 | 0 | 2.011.939 | 1.943.043 | | 4.960.172 | 992.034 |
| Variação da Dívida % | | | | | | | -15,10% |
| Variação do Excesso da Dívida % | | | | | | | |
| Margem Disponível por Utilizar | | | | | | | 1.268.407 |

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2018)

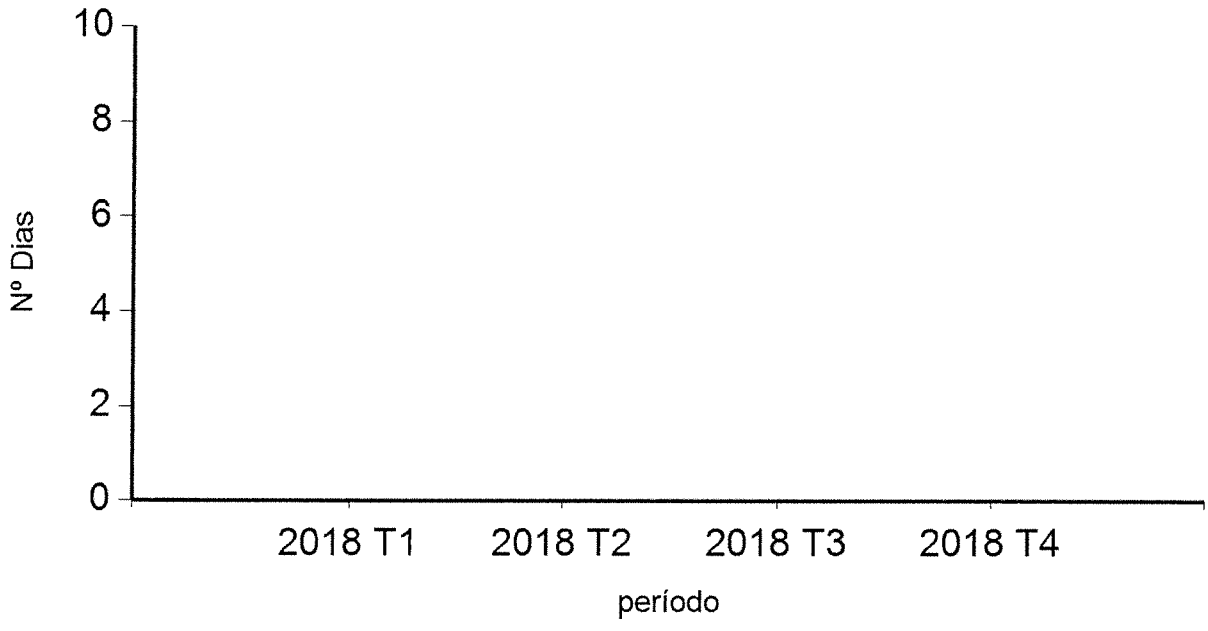
- Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 293.199 PMP 8 dias
- Aquisição acumuladas 3.530.895
- Último PMP publicado 4 dias (31/12/2017)

Generals

Handwritten initials/signature



Evolução PMP nº dias



Handwritten notes and signatures on the right margin

F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

| | | | |
|---|-----------|---|--------|
| Média da receita corrente líquida (últimos três anos) | 4.602.143 | Grau de execução da receita ano n-1 (%) | 78,78% |
| Dívida total excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM (31-12-2017) <small>(período corrente)</small> | 2.288.509 | Grau de execução da receita ano n-2 (%) | 89,38% |
| Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2017) <small>(período corrente)</small> | 298.842 | | |

-Saneamento Financeiro-

Condições de adesão facultativa

Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos
- Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos
- Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

- Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 * a média das receitas correntes dos últimos três anos

Recuperação Financeira

- Dívida total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos

Gonçalves

★ 14



Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efetuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.

G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

| Receitas | | | | | Despesas | | | Saldo Orçamental para a gerência seguinte |
|-----------|---------|---------------------------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|---|
| Correntes | Capital | Saldo Orçamental da gerência anterior | Reposições não abatidas | Total | Correntes | Capital | Total | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 4.967.070 | 374.373 | 2.432.087 | | 7.773.530 | 4.225.794 | 2.512.019 | 6.737.813 | 1.035.717 |

I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1 1.288.104

Variação

Valor (2 - 1) 58.151

2. Ano n 1.346.255

% (2-1)/1 4,51%

J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1 60

Variação

Valor (2 - 1) 31

2. Ano n 90

% (2-1)/1 51,67%

L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim (com alguns mapas entregues depois da data limite)

Na análise do endividamento municipal, referente ao período de 31 de dezembro de 2018, considerou-se o disposto nos artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

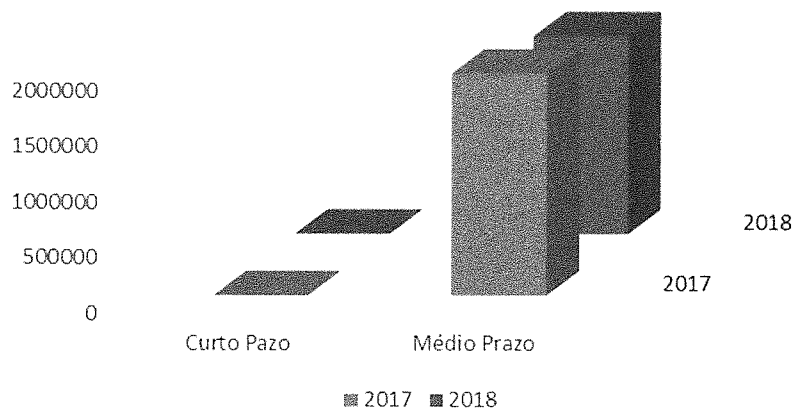
A Margem absoluta no início de 2018 é de 4.614.706,00 euros e a utilizável é de apenas 20% no valor de 922.941,00 euros. Relativamente ao final do período, em 31-12-2018, a Margem absoluta é de 4.960.172,00 euros e a utilização da margem disponível de 01 de janeiro a 31 de dezembro é de 992.034,00 euros.

Handwritten notes and signatures on the right margin.

Capital em Dívida de Empréstimos

| Empréstimo | 2017 dezembro | 2018 dezembro |
|---|--------------------|---------------------|
| Capital em Dívida de Empréstimos a Curto Prazo | 0,00 | 0,00 |
| Capital em Dívida de Empréstimos a Médio/ Longo Prazo | 1.989.666,68 | 1.773.773,20 |
| Total do Capital em dívida em Empréstimos | 1.989.66,68 | 1.773.773,20 |

EMPRÉSTIMOS



| ENTIDADE | Valor em Dívida | | % |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| | 31-12-2017 | 31-12-2018 | |
| Fornecedores Conta Corrente | 233.038,35 | 200.218,96 | -14,08% |
| Fornecedores de Imobilizado | 86.974,92 | 0,00 | -100,00% |
| Estado e Outros Entes Públicos | 90.110,77 | 17.966,15 | -80,06% |
| Banco/Empréstimo de Curto Prazo | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Banco/Empréstimo de M/L Prazo | 1.989.666,68 | 1.773.773,20 | -10,85% |
| Total da dívida a terceiros | 2.399.790,72 | 1.991.958,31 | -16,99% |

Conceição

49



Handwritten notes and signatures on the right margin.

2) - Análise estrutural da receita e da despesa

Este capítulo visa decompor a Receita e Despesa municipais nas principais rubricas, para que se tornem perceptíveis a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, e simultaneamente, para que seja possível observar o modo como alguns “subconjuntos” da despesa municipal são cobertos ou absorvem determinados “subconjuntos” da receita.

Efetuiremos uma análise mais detalhada das Grandes Opções do Plano e o Orçamento, inscrito nos documentos suportes definidos no exercício de 2018. Procederemos igualmente a uma abordagem das principais estratégias para o desenvolvimento do Concelho, identificando todos os projetos prioritários, conjuntamente com a mobilização dos recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

No que concerne à contabilidade orçamental, esta prestação de contas será realizada ao nível das suas previsões e da sua execução.

2.1) RECEITA

Da análise do contributo em termos absolutos e relativos de cada uma das componentes da receita, podemos tirar as seguintes conclusões:

| | |
|---|---------------------|
| IMPOSTO MUNICIPAL DOS IMÓVEIS | 255.489,77 |
| IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO | 46.294,37 |
| IMPOSTO TRANSMISSÕES DE IMOVEIS | 43.347,32 |
| FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO CORRENTE | 3.362.986,24 |
| FUNDO SOCIAL MUNICIPAL | 50.898,00 |
| OUTROS | 1.972,10 |
| SEGURANÇA SOCIAL | 11.849,52 |
| VENDA DE BENS DE SERVIÇOS | 807.367,05 |
| FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO CAPITAL | 373.496,00 |
| FUNDOS COMUNITÁRIOS | 23.757,50 |
| OUTROS IMPOSTOS | 338.993,64 |
| TOTAL | 5.316.451,51 |

Guimarães X 2019



Relativamente à análise do quadro anteriormente apresentado, podemos observar os valores absolutos e o peso da importância que os fundos provenientes do Estado têm para este Concelho, sendo possível retirar as seguintes ilações:

Sendo a receita total do município de 5.316.451,51€ (Cinco milhões trezentos e dezasseis mil quatrocentos e cinquenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), a receita proveniente do orçamento de Estado em 2018, na ordem dos 3.789.352,34 € (Três milhões setecentos e oitenta e nove mil trezentos e cinquenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos), através do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), equivale, em termos percentuais, na ordem dos 73%, mas se juntarmos as outras receitas, provenientes de IMI, IMT e IUC, com o valor de 345.131,46 € (Trezentos e quarenta e cinco mil cento e trinta e um euros e quarenta e seis cêntimos), a percentagem aumenta para os 78% da receita total.

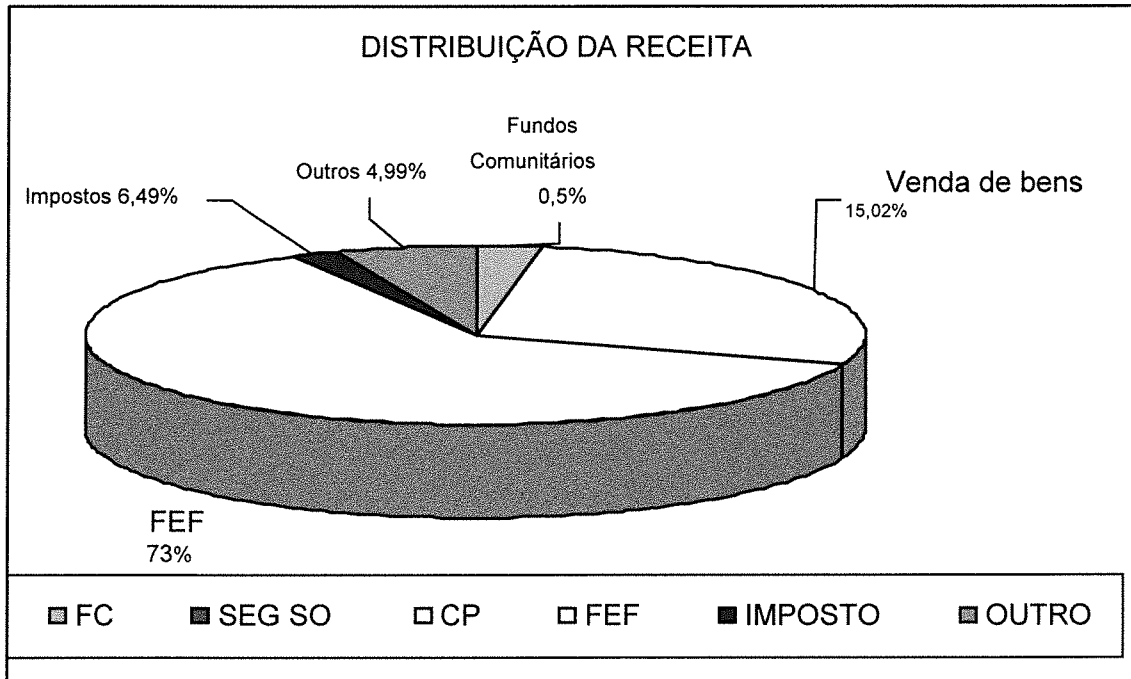
Neste sentido, podemos afirmar que toda a atividade do município do Porto Moniz depende significativamente das transferências que advêm do Orçamento de Estado e quando se verifica alguma alteração negativa destes valores o seu impacto tem reflexos adversos no funcionamento da autarquia.

Genalbert

Handwritten initials/signature



2.1.1) DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO



Handwritten notes and signatures on the right margin

– Desagregando a receita pelas suas diversas origens, podemos concluir que as receitas provenientes do Estado FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) são, sem qualquer dúvida, aquelas que têm maior significado, com 73% da receita total. Logo a seguir, temos a receita proveniente da venda de bens e serviços, onde se destaca a receita proveniente dos serviços afetos à distribuição de água e lixo, receita do Aquário e Piscinas Municipais. Acrescenta-se a receita proveniente dos impostos cobrados na autarquia, com uma percentagem de 6,49 %, e que sofreu uma pequena alteração positiva, pela via do aumento da receita do IMI, IMT, IUC.

Em 2018, a receita total arrecadada pela Câmara Municipal de Porto Moniz foi de 5.316.451,51€ (Cinco milhões trezentos e dezasseis mil quatrocentos e cinquenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), representando um pequeno decréscimo na ordem dos 24.991,47€ (vinte e quatro mil novecentos e noventa e um euros e quarenta e sete cêntimo), comparativamente ao ano de 2017. Decompondo os montantes arrecadados neste exercício, constata-se que a receita corrente foi de 4.919.198,01€ (Quatro milhões novecentos e dezanove mil cento e noventa e oito euros e um cêntimo) (92,53%) e a de Capital no valor de € 397.253,50€ (Trezentos e noventa e sete mil duzentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos) (7,47%).

Genesalves A

ACG



EVOLUÇÃO DA RECEITA

| | 2017 | 2018 |
|--|---------------------|---------------------|
| RECEITA CORRENTE | | |
| Impostos Diretos | 322.689,46 | 345.131,46 |
| Impostos Indiretos | 457.299,25 | 265.063,72 |
| Taxas, coimas e penalidades | 77.650,92 | 71.103,81 |
| Rendimento de Propriedade | 1.561,55 | 1.603,92 |
| Transferências Correntes | | |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 3.316.829,00 | 3.362.986,24 |
| Fundo Social Municipal | 50.898,00 | 50.898,00 |
| IRS | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 26.397,66 | 15.043,81 |
| Venda de Bens | 49.776,57 | 81.097,06 |
| Venda de Serviços | 631.979,16 | 678.133,66 |
| Renda e Aluguer | 30.650,67 | 48.136,33 |
| Outras Receitas Correntes | 1.337,51 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | 4.967.069,75 | 4.919.198,01 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | |
| Transferências de Capital (FEF) | 368.537,00 | 373.496,00 |
| Outros bens de Investimento | 0,00 | 0,00 |
| Contratos Programa Ativos Financeiros (FC) | 5.836,23 | 23.757,50 |
| TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL | 374.373,23 | 397.253,50 |
| TOTAL DA RECEITA | 5.341.442,98 | 5.316.451,51 |

Analisando em termos absolutos e relativos o peso de cada uma das rubricas da Receita, podemos tirar as seguintes conclusões:

| Receita | 2018 | |
|----------|--------------|---------|
| Corrente | 4.919.198,01 | 92,53% |
| Capital | 397.253,50 | 7,47% |
| | 5.316.451,51 | 100,00% |

A Receita Corrente representa 92,53% da Receita Total, enquanto a Receita de Capital é de 7,47%, estando escalonada da seguinte forma:

Gençalor

A

84



Handwritten marks and signatures on the right margin.

| RECEITA CORRENTE - 2018 | EUROS | % |
|-------------------------------------|---------------------|----------------|
| Impostos Diretos | 345.131,46 | 7,02% |
| Impostos Indiretos | 265.063,72 | 5,39% |
| Taxas, coimas e penalidades | 71.103,81 | 1,45% |
| Rendimento de Propriedade | 1.603,91 | 0,03% |
| Transferências Correntes | | |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 3.362.986,24 | 68,36% |
| Fundo Social Municipal | 50.898,00 | 1,03% |
| IRS | 0,00 | 0,00% |
| Outros | 1.972,10 | 0,04% |
| Venda de Bens | 81.097,06 | 1,65% |
| Venda de Serviços | 678.133,66 | 13,79% |
| Renda e Aluguer | 48.136,33 | 0,98% |
| Outras Receitas Correntes | 13.071,72 | 0,27% |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | 4.919.198,01 | 100,00% |

Relativamente à Receita de Capital, esta encontra-se escalonada da seguinte forma:

| RECEITAS DE CAPITAL - 2018 | EUROS | % |
|--|-------------------|----------------|
| Transferências de Capital (FEF) | 373.496,00 | 94,02% |
| Venda de bens de investimento. | 0,00 | 0,00% |
| Contratos Programa Ativos Financeiros (FC) | 23.757,50 | 5,98% |
| TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL | 397.253,50 | 100,00% |

| | 2018 | Inicial | Cobrada | Execução |
|--------------------|------|---------------------|---------------------|------------|
| Receita Corrente | | 5.042.500,00 | 4.919.198,01 | 98% |
| Receita de Capital | | 2.241.310,00 | 397.253,50 | 18% |
| TOTAL | | 7.283.810,00 | 5.316.451,51 | 73% |

Em termos gerais, temos um grau de execução da receita corrente de 98,% e de capital de 18%, do total da receita inicialmente prevista com a receita efetivamente cobrada.

Gençalins

A 69



2.1.2) EVOLUÇÃO DO PESO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO FACE À RECEITA

| MUNICÍPIO | | | | | |
|--------------|--------------|-------------------------------|--------------|--------------|-------------------------------|
| 2017 | | | 2018 | | |
| Receita | Dívida | Peso da dívida face à receita | Receita | Dívida | Peso da dívida face à receita |
| 5.341.442,98 | 2.340.719,71 | 43,82% | 5.316.451,51 | 1.991.958,31 | 37,46% |

Para melhor compreender a expressão da dívida da Câmara Municipal do Porto Moniz, importa proceder à análise do peso da mesma face à receita arrecada, pois tal permite estimar melhor o esforço que a autarquia terá de realizar para a saldar.

Numa análise genérica, constata-se o esforço que o município tem vindo a realizar para o pagamento da sua dívida. No ano de 2017, o peso da dívida face à receita cifrou-se nos 43,82%. Em termos comparativos, no ano de 2018, este cifrou-se nos 37,46%. Esta diminuição de 6,36% é facilmente comprovada pela estabilidade da receita arrecadada em 2018, no valor de 5.316.451,51€ (cinco milhões trezentos e dezasseis mil quatrocentos e cinquenta e um euros e cinquenta e um cêntimos), e pela diminuição da dívida em 348.761,40€ (trezentos e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e um euros e quarenta cêntimos).

Genivalves

Handwritten initials/signature



Handwritten notes and signatures on the right margin

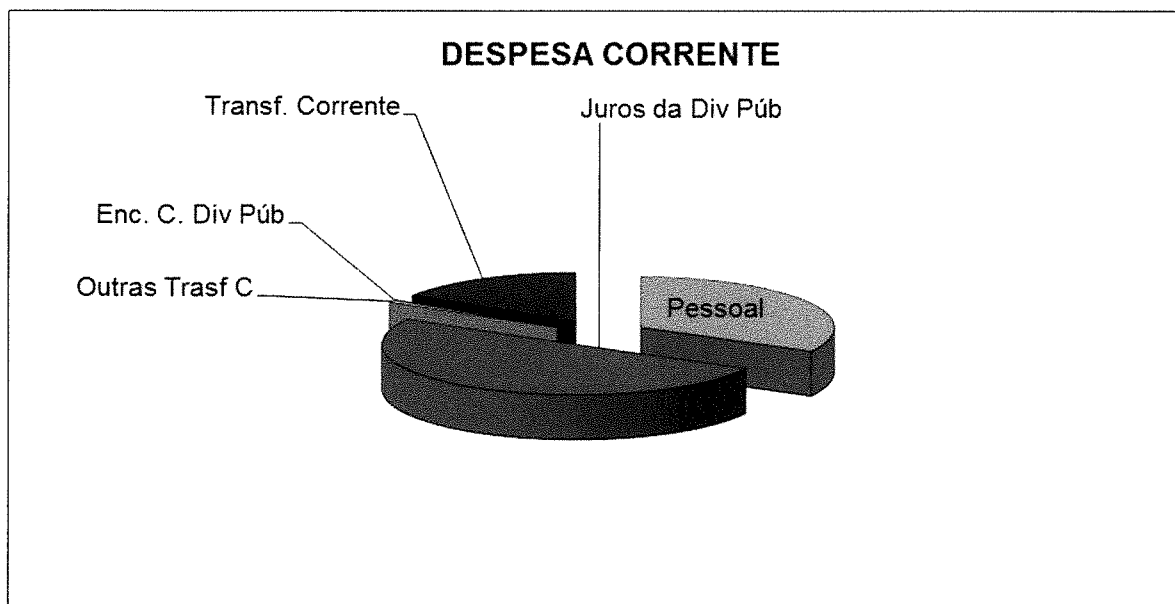
2.2 - DESPESA

Analisando em termos absolutos e relativos o peso de cada uma das rubricas da despesa, podemos tirar as seguintes conclusões:

| DESPESA TOTAL - 2018 | | |
|----------------------|---------------------|----------------|
| DESPESA CORRENTE | 4.309.089,12 | 76,22% |
| DESPESA DE CAPITAL | 1.344.357,19 | 23,78% |
| | 5.653.446,31 | 100,00% |

As DESPESAS CORRENTES representam 76,22% do Total da Despesa, sendo escalonadas da seguinte maneira:

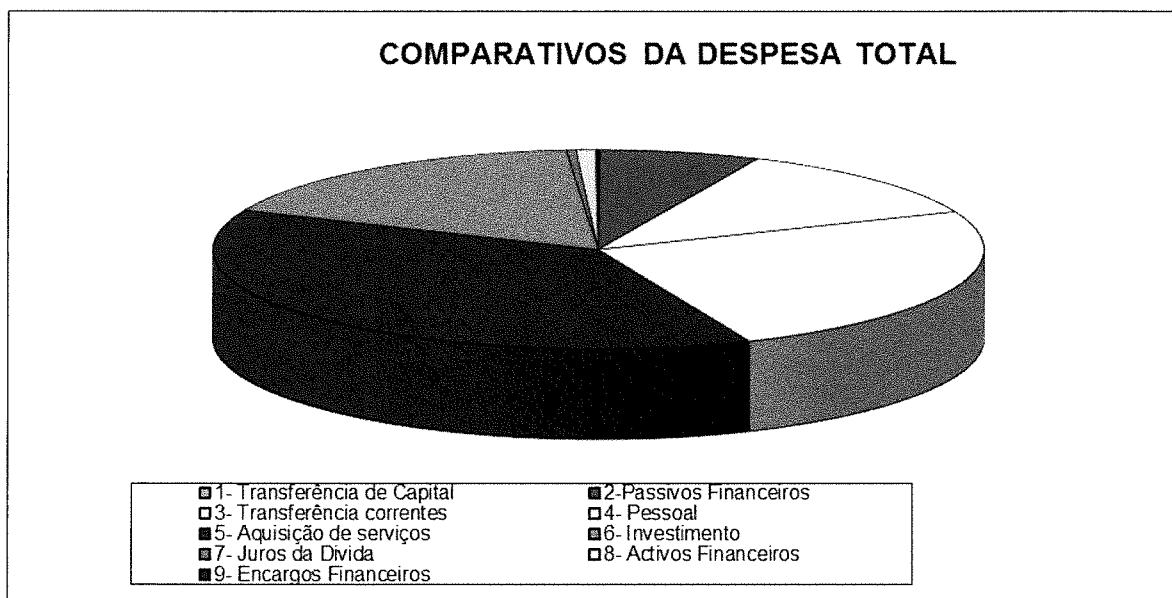
| DESPESA CORRENTE-2018 | | |
|--------------------------------------|---------------------|----------------|
| Pessoal | 1.346.254,92 | 31,24% |
| Aquisição de serviços | 1.984.787,38 | 46,06% |
| Juros da Dívida Pública | 13.655,83 | 0,32% |
| Encargos Correntes da Dívida Pública | 10.647,14 | 0,25% |
| Transferências correntes | 953.743,85 | 22,13% |
| Outras transferências correntes | 0,00 | 0,00% |
| | 4.309.089,12 | 100,00% |



Handwritten notes and signatures on the right margin.

As Despesas de Capital representam 23,78% do total da Despesa, sendo quase integralmente constituídas por Investimento.

| DESPESA CAPITAL-2018 | | |
|--------------------------|---------------------|-------------|
| Investimentos | 690.965,12 | 51,40% |
| Bens de Domínio Público | 406.892,59 | 30,27% |
| Transferência de Capital | 0,00 | 0,00% |
| Ativos Financeiros | 30.606,00 | 2,28% |
| Passivos Financeiros | 215.893,48 | 16,06% |
| | 1.344.357,19 | 100% |



Relativamente aos valores acima transcritos, poderemos observar que a maior percentagem absorvida na despesa de capital é no investimento, com 51,40%, seguindo-se os bens de domínio público, com 30,27%, e os passivos financeiros na amortização do capital dos empréstimos bancários, com 16,06%.

Antonio

[Handwritten signature]

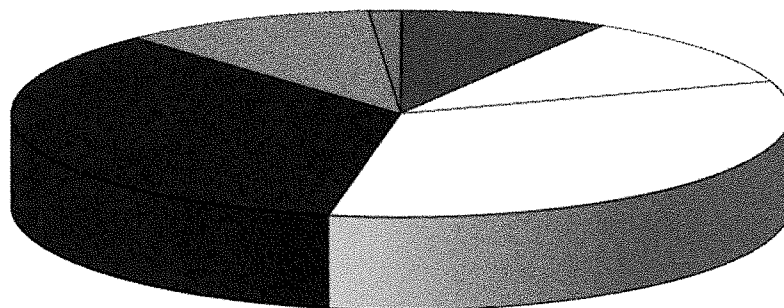


[Handwritten signature]

AS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL ESTÃO DESIGNADAS COM O SEGUINTE GRAU DE IMPORTÂNCIA COM A DESPESA TOTAL E SERÃO SEGUIDAMENTE ANALISADAS NAS SUAS DIVERSAS COMPONENTES:

| Comparativos com a Despesa Total | | |
|-------------------------------------|---------------------|----------------|
| 1- Transferência de Capital | 0,00 | 0,00% |
| 2-Passivos Financeiros | 215.893,48 | 3,82% |
| 3- Transferências correntes | 953.743,85 | 16,87% |
| 4- Pessoal | 1.346.254,92 | 23,81% |
| 5- Aquisição de serviços | 1.984.787,38 | 35,11% |
| 6- Investimento | 690.965,12 | 12,22% |
| 7- Juros da Divida | 13.655,83 | 0,24% |
| 8- Ativos Financeiros | 30.606,00 | 0,54% |
| 9- Encargos Financeiros | 10.647,14 | 0,19% |
| 10- Outros | 406.892,59 | 7,20% |
| TOTAL (1+2+3+4+5+6+7+8+9+10) | 5.653.446,31 | 100,00% |

COMPARATIVOS DA DESPESA TOTAL



| | |
|-------------------------------|--------------------------|
| ■ 1- Transferência de Capital | ■ 2-Passivos Financeiros |
| □ 3- Transferência correntes | □ 4- Pessoal |
| ■ 5- Aquisição de serviços | ■ 6- Investimento |
| ■ 7- Juros da Divida | |

Gonçalves

★

819



Handwritten notes and signatures on the right margin.

3- EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O Plano Plurianual de Investimento é um documento de informação sobre os projetos inscritos no Orçamento e Plano do Concelho do Porto Moniz, considerando-se com o mesmo tem ido ao encontro do que era expectável por este executivo, uma vez que alguns dos projetos candidatados a fundo comunitários têm vindo a ser aceites. No entanto, este novo quadro comunitário em vigor (2014-20), tem vindo a apresentar complexidades acrescidas se comparado com anteriores períodos dos fundos europeus, contendo uma carga administrativa e burocrática excessiva, vendo-se reforçadas as exigências em termos de critérios de seleção de candidaturas. Não obstante a panóplia de entraves e atrasos, o Município do Porto Moniz tem dado muita importância aos fundos comunitários, considerando a sua rentabilização uma mais-valia para o nosso Concelho, enquanto oportunidade única para maximizar o investimento autárquico, procurando-se realizar projetos e obras direcionadas para a satisfação das necessidades básicas das populações e para o desenvolvimento do seu território.

O ano de 2018 foi um ano de execução de várias obras no Concelho, nomeadamente:

Recuperação das Veredas da Cavaca, Volta e Cruzinhas e Terra Chã; Repavimentação das Zonas Altas do Concelho; Recuperação das Piscinas Municipais do Porto Moniz; Aquisição de quatro viaturas; Conceção do projeto de itinerário de Ecoturismo Fanal – Ribeira da Janela; Regularização do processo judicial – Jaime Ribeiro & Filhos; diversas obras de melhoria em imóveis municipais.

Apesar destas limitações, o Município do Porto Moniz apresentou no seu programa de investimento inicial um valor de 2.247.480,00 € (dois milhões duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta euros), saldo este que, depois da introdução do saldo de gerência do ano anterior e de projetos aprovados pelos fundos comunitários, estabeleceu-se nos 3.213.569 € (Três milhões duzentos e treze mil quinhentos e sessenta e nove euros), tendo sido alcançado um nível de execução financeira do plano de investimento no montante de 1.128.463,75 € (um milhão cento e vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e três euros e setenta e cinco cêntimos).

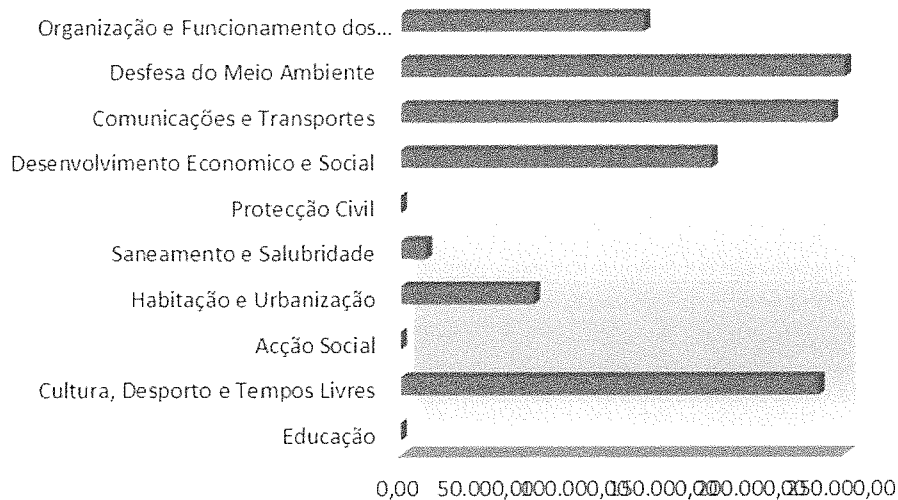
gancios

A 26



3.1 GRAU DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

| ÁREAS DE OBJECTO | Orçamento | Corrigido | Pagamento | Execução |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| Educação | 50,00 | 6.700,00 | 0,00 | 0,00% |
| Cultura, Desporto e Tempos Livres | 770,00 | 237.320,00 | 234.882,08 | 7,31% |
| Ação Social | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00% |
| Habituação e Urbanização | 200,00 | 143.380,00 | 74.996,95 | 2,33% |
| Saneamento e Salubridade | 4.601,00 | 39.001,00 | 14.363,48 | 0,45% |
| Protecção Civil | 50,00 | 50,00 | 0,00 | 0,00% |
| Desenvolvimento Economico e Social | 197.500,00 | 468.332,04 | 174.988,51 | 5,45% |
| Comunicações e Transportes | 1.554.450,00 | 1.654.032,00 | 242.447,81 | 7,54% |
| Defesa do Meio Ambiente | 411.169,00 | 319.999,00 | 249.638,50 | 7,77% |
| Organização e Funcionamento dos Serviços | 78.590,00 | 344.655,00 | 137.146,38 | 4,27% |
| | 2.247.480,00 | 3.213.569,04 | 1.128.463,71 | 35,12% |



A
 B
 C
 D
 E
 F
 G
 H
 I
 J
 K
 L
 M
 N
 O
 P
 Q
 R
 S
 T
 U
 V
 W
 X
 Y
 Z

4 – Comparação Receita versus Despesa e respetivos valores

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | VALOR | % |
|-------------------------------------|---------------------|---------------|
| DESPESAS CORRENTES | | |
| 01 - Pessoal | 1.346.254,92 | 23,81% |
| 02 - Bens Duradouros | 85.085,00 | 1,51% |
| 03 - Bens Não Duradouros | 293.008,07 | 5,18% |
| 04 - Aquisição de Serviços | 1.984.787,38 | 35,11% |
| 05 - Transferências Correntes | 953.743,85 | 16,87% |
| 06 - Encargos da Dívida | 13.649,64 | 0,24% |
| TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 4.309.089,12 | 76,22% |

| | | |
|--------------------------------------|---------------------|----------------|
| DESPESAS DE CAPITAL | | |
| 09 - Investimentos | 690.965,12 | 12,22% |
| 10 - Passivos Financeiros | 406.892,59 | 7,20% |
| 11 - Outras despesas | 0 | 0,00% |
| 12- Transferências de Capital | 0,00 | 0,00% |
| 13- Ativos Financeiros | 16.052,00 | 0,28% |
| TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 1.344.357,19 | 23,78% |
| TOTAL GERAL DAS DESPESAS | 5.653.446,31 | 100,00% |

comparativos com a despesa total

| | | |
|---------------------------|---------------------|----------------|
| Pessoal | 1.346.254,92 | 40,42% |
| Aquisição de serviços | 1.984.787,38 | 59,58% |
| | 3.331.042,30 | 100,00% |
| Despesa de funcionamento | 3.331.042,30 | 58,92% |
| Despesa Total | 5.653.446,31 | |
| Pessoal | 1.346.254,92 | 23,81% |
| Despesa Total | 5.653.446,31 | |
| Pessoal | 1.346.254,92 | 31,24% |
| Despesas Correntes | 4.309.089,12 | |
| Aquisição Bens e Serviços | 1.984.787,38 | 46,06% |
| Despesas Correntes | 4.309.089,12 | |
| Despesas com o Pessoal | 1.346.254,92 | 14.958,39 |
| N.º de Efetivos | 90 | |

Gonçalves

A

49



Handwritten notes and signatures on the right margin.

4.1 – Pessoal

A Câmara Municipal de Porto Moniz tem atualmente 83 funcionários, 26 dos quais incorporados no quadro desta autarquia em 2018, através de procedimentos concursais, por meio dos quais se efetivou o recrutamento de uma jurista, um engenheiro e vinte e quatro operacionais. Este aumento deveu-se à falta de efetivos sentida em diversas áreas de atividade do Município, agravada pela aposentação, falecimento e baixas prolongadas de vários trabalhadores.

A autarquia, através da sua política social, recorreu aos programas do Instituto de Emprego, conseguindo através do Programa MAIS – Medida de Apoio à Integração de Subsidiados - 14 funcionários, e por meio do Programa Ocupacional de Trabalhadores – “POT” - 10 trabalhadores, acrescendo outros 10 colocados através do programa “Porto Moniz Trabalho +”. O Mapa de Pessoal contempla a possibilidade da autarquia vir a dispor, já em 2019, de novos postos de trabalho, procurando-se assim suprir as necessidade no que concerne a recursos humanos. Em suma, no final de 2018, o município conta com 83 funcionários, dos quais 19 são do sexo feminino e 64 do sexo masculino.

Despesas com Pessoal e Outros Encargos

As despesas com o pessoal durante o ano de 2018 foram de 1.346.254,92€, tendo sofrido um ligeiro acréscimo de cerca de 4,51% relativamente ao ano de 2017.

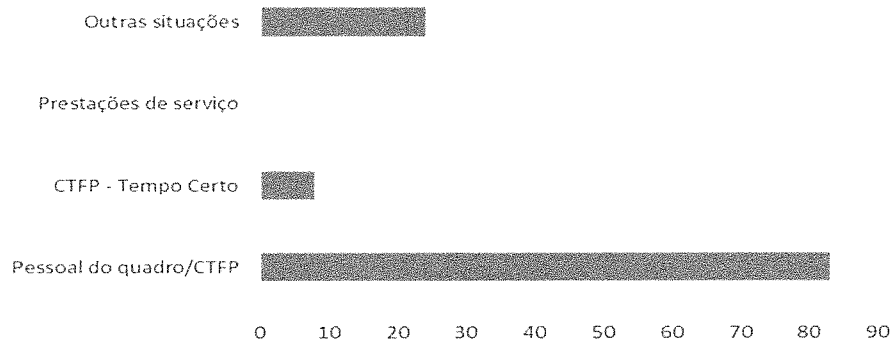
| Encargos com o pessoal | Valor | | % |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| | 2017 | 2018 | Varição |
| Remuneração base | 839.996,61 | 871.019,84 | 3,69 |
| Representação | 27.366,32 | 30.659,97 | 12,04 |
| Trabalho extraordinário | 31.825,51 | 30.787,84 | -3,26 |
| Ajudas de custos | 5.998,66 | 4.616,42 | -23,04 |
| Abonos de falhas | 5.998,75 | 5.586,69 | -6,87 |
| Subsídio de turno | 2.368,68 | 1.803,52 | -23,86 |
| Outros suplementos | 9.902,99 | 9.231,82 | -6,78 |
| Outros encargos com o pessoal | 364.646,44 | 392.548,82 | 7,65 |
| TOTAL | 1.288.103,96 | 1.346.254,92 | 4,51 |

Guimarães



| Quadro de Pessoal | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Pessoal do quadro/CTFP | 64 | 63 | 63 | 83 |
| CTFP - Tempo Certo | 8 | 8 | 8 | 8 |
| Prestações de serviço | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras situações | 7 | 7 | 27 | 24 |

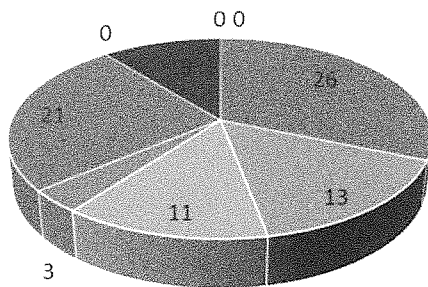
Quadro de Pessoal



| Habilitações Literárias | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Menos de 4.º ano | 1 | 1 | 0 |
| 4º ano | 27 | 25 | 26 |
| 6º ano | 6 | 6 | 13 |
| 9º ano | 8 | 8 | 11 |
| 11º ano | 2 | 2 | 3 |
| 12º ano | 15 | 13 | 21 |
| Bacharelato | 0 | 0 | 0 |
| Licenciatura | 6 | 8 | 9 |
| Mestrado | 0 | 0 | 0 |

[Handwritten signatures and marks]

Habilitações Literárias



- Menos de 4 ano ■ 4º ano ■ 6º ano
- 9º ano ■ 11º ano ■ 12º ano
- Barcharelato ■ Licenciatura ■ Mestrado

Ao nível de habilitações literárias, 63% dos trabalhadores detêm habilitações iguais ou inferiores ao 11º ano, 25% dos trabalhadores têm o 12º ano, sendo que 12% dos trabalhadores detêm curso médio superior.

4.1.1 Estrutura Profissional

A estrutura profissional do Município é constituída predominantemente pelos seguintes grupos profissionais: Assistente Operacional (72,29%), Assistente Técnico (14,46%) e Técnico Superior (10,84%).

| | 2018 |
|--------------------------------|------|
| Pessoal Técnico Superior | 9 |
| Pessoal Informática | 1 |
| Pessoal Assistente Técnico | 12 |
| Pessoal Assistente Operacional | 60 |
| Outros | 1 |

Genex



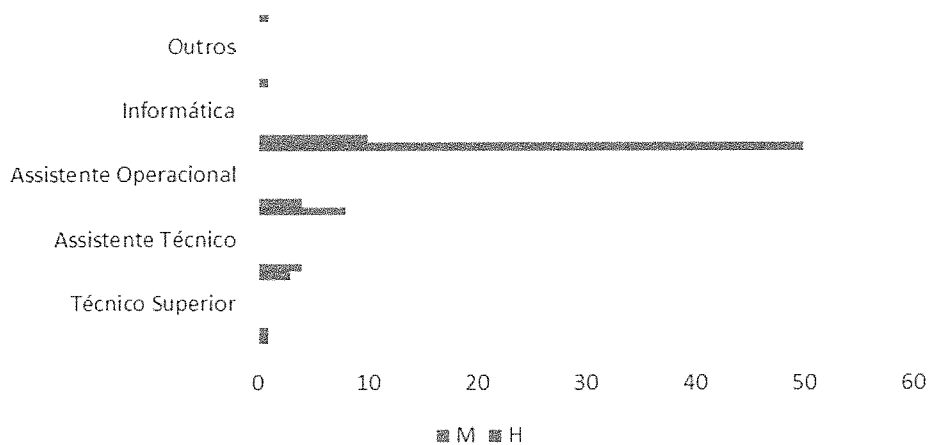
SPG



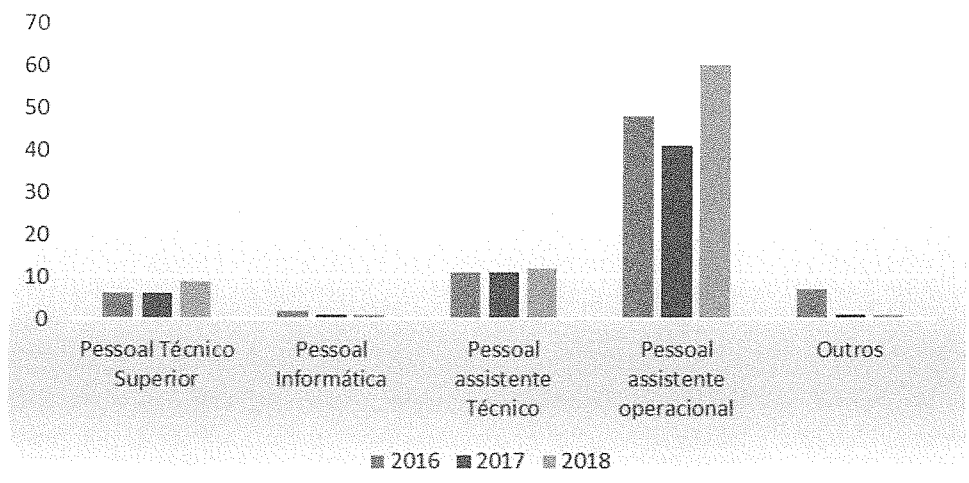
Handwritten notes and signatures on the right margin.

| | | |
|------------------------|---|-----------|
| Dirigente - Intermédio | H | 1 |
| | M | 1 |
| Técnico Superior | H | 3 |
| | M | 4 |
| Assistente Técnico | H | 8 |
| | M | 4 |
| Assistente Operacional | H | 50 |
| | M | 10 |
| Informática | H | 1 |
| | M | 0 |
| Outros | H | 1 |
| | M | 0 |
| | | 83 |

Estrutura Proficional



PESSOAL



É de destacar a pouca expressão do peso do pessoal Assistente Técnico, no global dos funcionários que se encontram ao serviço do município, demonstrando a estratégia de desburocratização da administração pública e a implementação de processos de agilização dos procedimentos administrativos que se vêm implementando nesta autarquia. Ao nível da gestão dos recursos humanos, é ainda de salientar a implementação de estratégias facilitadoras do desempenho profissional dos trabalhadores da autarquia, refletidas em três áreas fundamentais:

-Melhoria das condições de trabalho a todos os funcionários, nomeadamente ao nível da frequência de ações de formação em variadas áreas, mormente através de uma cooperação muito positiva com a AMRAM e outras entidades públicas.

-Novo método de trabalho obtido através de atualizações no software para os departamentos financeiro, de aprovisionamento e de águas deste município, permitindo agilizar o seu funcionamento, assim como produzir dados mais fidedignos, reduzindo-se os custos inerentes a estas operações e aumentando-se o grau de qualidade que é desejado neste tipo de operações.

-Incutir nos funcionários desta autarquia o gosto e a responsabilidade de transmitir uma boa imagem e assegurar bom funcionamento desta entidade, para que os munícipes adquiram um elevado grau de satisfação na resolução dos seus problemas.

Gonçalves

A
PCG



DEZEMBRO 2018

DESPESAS COM PESSOAL

(montantes acumulados no final do trimestre)

(€)

| | Final trimestre ano anterior (1) | Final trimestre ano corrente (2) | Comparação (3)=(2)-(1) |
|---|--|--|---------------------------|
| Despesas com pessoal (total do agrupamento 01) | 1.288.103,96 | 1.346.254,92 | 58.150,96 |
| Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 1.288.103,96 | 1.346.254,92 | 58.150,96 |
| Aumento resultante da atualização dos vencimentos dos funcionários públicos | | | |
| Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central | | | |
| Aumento resultante de disposições legais | | | 58.150,96 |
| Aumento resultante de sentenças judiciais | | | |
| Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores | | | |

gencalves

Handwritten initials/signature



Handwritten notes and signatures on the right margin

5 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

5.1 - COMPONENTE FINANCEIRA

5.1.1 - ATIVO

O total dos bens de direito do Município atingiu, no final de 2018, o valor de **11.541.036 € (onze milhões quinhentos e quarenta e um mil e trinta e seis euros)**, registando-se um acréscimo de **288.715 € (duzentos e oitenta e oito mil setecentos e quinze euros)** face ao ano anterior. Enquanto as imobilizações corpóreas tiveram um acréscimo de **166.488€ (cento e sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta e oito euros)**, o valor referente às existências teve uma variação negativa de **4.000 € (quatro mil euros)**.

No cômputo geral, o ativo teve um comportamento positivo relativamente ao ano anterior no valor de **111.298 € (cento e onze mil duzentos e noventa e oito euros)**.

| | 2017 | 2018 | VARIAÇÃO |
|-------------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Imobilizações corpóreas | 24.352.386 | 24.518.874 | 166.488 |
| Bens de domínio público | 11.252.321 | 11.541.036 | 288.715 |
| Existências | 254.292 | 250.292 | -4.000 |
| Dívidas a receber | 0 | 0 | 0 |
| Disponibilidades | 1.086.517 | 746.612 | -339.905 |
| Custos Diferidos | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 36.945.516 | 37.056.814 | 111.298 |

C. Gonçalves



Handwritten notes and signatures on the right margin.

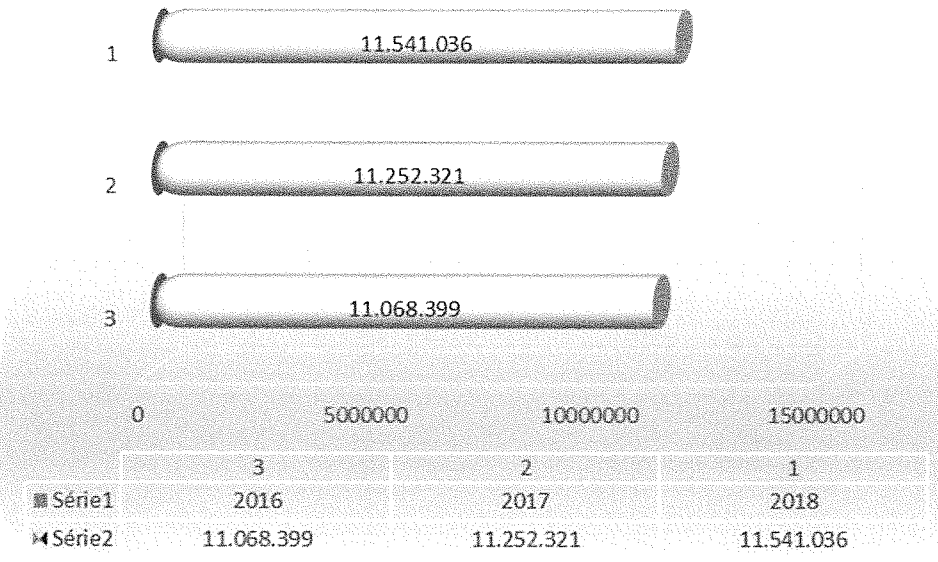


O ano de 2018 foi um ano em que a prioridade deste executivo foi direccionada para o investimento, realizando-se a execução de alguns dos projetos explanados nas Grandes Opções do Plano do Município. Neste sentido, o resultado na estrutura geral do ativo foi muito positivo, sendo que apenas se verificou um decréscimo face ao ano transato na rubrica de disponibilidade que reflete o Saldo da Gerência para o ano seguinte no valor de -337.584€ (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e oitenta e quatro euros), resultante do forte investimento no capital da autarquia, ficando para o ano de 2018 o valor de 748.932€ (setecentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e dois euros).

[Handwritten marks and signatures on the right margin]

5.1.2 - IMOBILIZADO, BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO



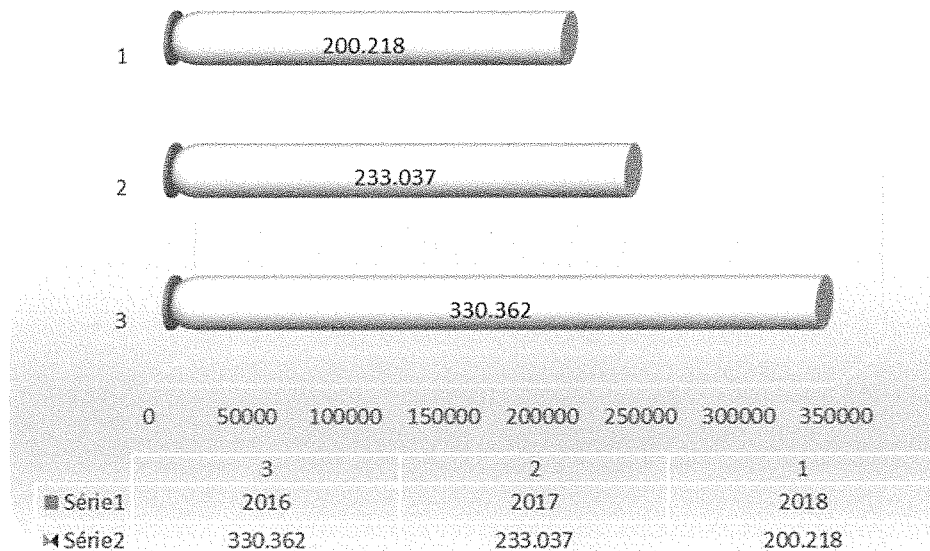
Através dos dados do Balanço, constata-se que, no exercício de 2018, obtivemos um pequeno acréscimo de 288.715 € (duzentos e oitenta e oito mil setecentos e quinze euros) no valor dos bens de Domínio Público, passando a registar em termos líquidos o valor de 11.541.036 € (onze milhões quinhentos e quarenta e um mil e trinta e seis euros). Podemos então concluir que, relativamente ao ano de 2017, este acréscimo nos Bens de Domínio Público deste Concelho é obtido pelo forte investimento refletido no ano de 2018.

Gençalves



5.1.3 - FORNECEDORES CONTA CORRENTE

BENS DE DOMINIO PÚBLICO

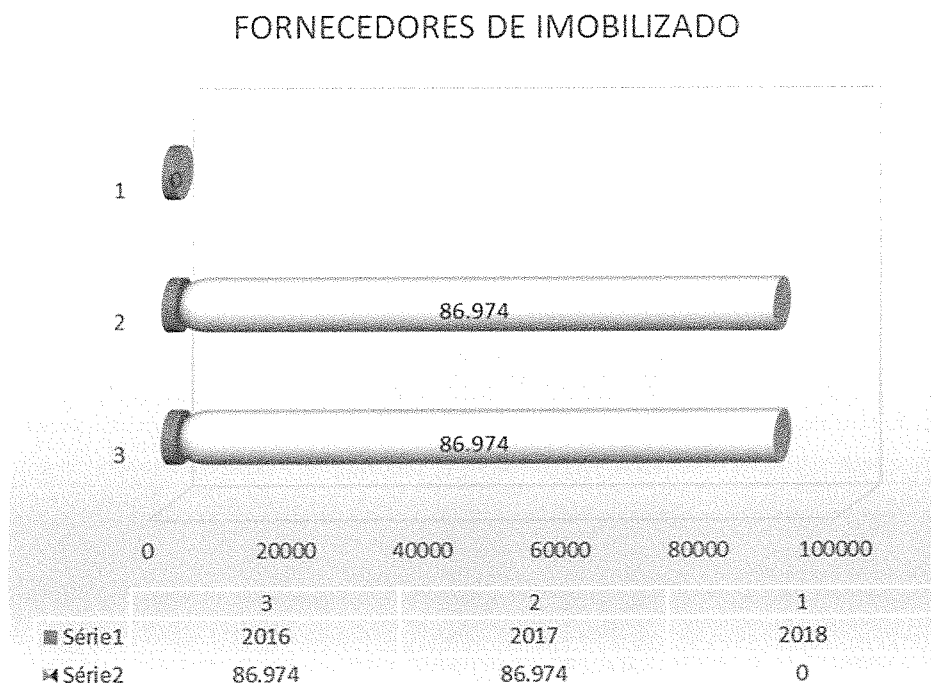


Em relação à dívida a Fornecedores de Conta Corrente, registou-se uma diminuição nesta rubrica, comparativamente ao ano de 2017, no montante de 32.819 € (trinta e dois mil oitocentos e dezanove euros). Esta diminuição deveu-se, exclusivamente, ao pagamento a todos os fornecedores de conta corrente, ficando apenas nesta rubrica o saldo dos fornecedores com quem o Município estabeleceu acordos de pagamentos (Empresa de Eletricidade da Madeira e Valor Ambiente). Foram assim privilegiados os pagamentos a todos os fornecedores, sendo cumprida a Lei da Assunção dos Compromissos e os Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, Lei 8/2012 de 21 de fevereiro de 2013, em todos os seus domínios.

cancelados A 4/4



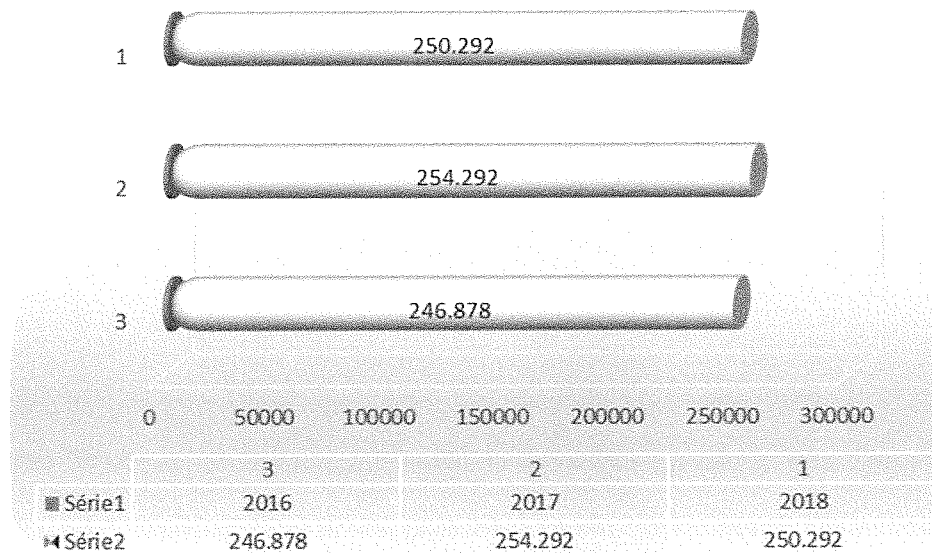
5.1.4 - FORNECEDORES DE IMOBILIZADO



Relativamente à dívida aos Fornecedores de imobilizado, esta fica totalmente saldada, pelo facto de termos pago o valor da sentença judicial, do Tribunal Administrativo do Funchal – Processo: 243/076 BEFUN – Jaime Ribeiro & Filhos, Lda, em 12 de março de 2018.

5.1.5 - EXISTÊNCIAS

BENS DE DOMINIO PÚBLICO



Relativamente às existências em armazém, estas tiveram, em 2018, um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior, no valor de 4.000 € (quatro mil euros). Numa análise de stocks, este valor é pouco significativo, visto que estes valores têm vindo a se manter desde 2016.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature at the top and several initials or marks below.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Gonçalves

879



8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Autarquia ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.1 - CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - IDENTIFICAÇÃO

Endereço

Município de Porto Moniz

Praça do Lyra, 9270-053

Organismo da Administração Pública

Número de Identificação Fiscal 511 239 068

Regime Financeiro

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais que respeita o princípio da coerência com o quadro de atribuições e competências que legalmente lhes está cometido. De acordo com o artigo 6º deste diploma legal, a Câmara Municipal de Porto Moniz possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. Os princípios fundamentais são estabelecidos no capítulo II do mesmo preceito legal. A participação das Autarquias nos recursos públicos é determinada nos termos e de acordo com os critérios previstos na lei,

Cyropolis

H de



visando o equilíbrio financeiro vertical, ou seja, adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, e o equilíbrio financeiro horizontal, ou seja, promover a correção de desigualdades entre as autarquias do mesmo grau resultantes, designadamente, de diferentes capacidades na arrecadação de receitas ou de diferentes necessidades de despesa, como prevê o artigo 10º da presente lei.

No que respeita à contabilidade, o regime contabilístico das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da atividade autárquica. A contabilidade das autarquias locais baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias locais, de aplicação obrigatória a todas as autarquias locais, conforme estipula o n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Relativamente à apreciação e julgamento das contas, deverão as mesmas ser apreciadas pelo respetivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, no mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

Posteriormente, o órgão executivo terá de remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo.

Compete à Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea a) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal.

8.1.2 LEGISLAÇÃO

A Autarquia está sujeita ao disposto na Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto de Lei 127/2012 de 21 de junho.

Ver também os pontos anteriores e seguintes.

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O município não possui serviços municipalizados. Liquidou, em 2014, a sua participação financeira na empresa municipal Aquário da Madeira, tendo internalizado as atividades desenvolvidas por esta.

Anexo Organigrama

8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Prossecução de interesses próprios da população de Porto Moniz em conformidade com a legislação em vigor

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

| Quadro de Pessoal | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|------------------------|------|------|------|------|
| Pessoal do quadro/CTFP | 64 | 63 | 63 | 83 |
| CTFP - Tempo Certo | 8 | 8 | 8 | 8 |
| Prestações de serviço | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras situações | 7 | 7 | 27 | 24 |

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O município utiliza a aplicação informática POCAL-MEDIDATA.

8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

A empresa municipal Aquário da Madeira foi liquidada em 2014 tendo todos os seus ativos e passivos sido incorporados na Câmara Municipal.

8.1.8 - INFORMAÇÃO SOLICITADA NAS NOTAS TÉCNICAS DA RESOLUÇÃO N.º 4/2001 DE 8 DE AGOSTO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

a) Montante dos fundos atribuídos ao Município no ano a que reporta a gerência em apreciação, de acordo com a Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro:

FEF – 3.691.202,23 € euros;

FSM – 50.898,00 euros;

IRS – 0,00 euros.

b) Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo Município na gerência anterior – 1.344.357,19 euros;

c) Ações inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno:

- ✓ Relatório n.º 14/2007-FC/SRMTC, aprovado a 13 de dezembro, elaborado na sequência da ação de controlo concomitante direcionada às despesas emergentes dos atos e contratos isentos de visto no ano de 2007;
- ✓ Relatório n.º 16/2014 - FC/SRMTC, aprovado em 2 de outubro, Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Porto Moniz – Seguimento de recomendações - 2010/2012;

Handwritten marks on the right margin, including a large scribble and the letters 'D', 'A', and 'Z'.

8.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Expresso em Euros)

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). As notas que não estão incluídas neste anexo, não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

8.2.1 DERROGAÇÕES A PRINCIPIOS CONTABILISTICOS

À data ainda não se procedeu ao global levantamento total do património do Município tendo registado as aquisições desde o ano de 2002.

A contabilidade de custos e o sistema de inventário ainda se encontram em fase de implementação.

8.2.2 COMPARABILIDADE DAS CONTAS

No exercício económico de 2018, o município distinguiu, pela quinta vez, o montante dos empréstimos de longo prazo a ser liquidado no curto prazo, conforme instrução do SATAPOCAL.

Handwritten notes on the right margin, including a large 'E' and other illegible marks.

8.2.3 CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da entidade contabilística, prudência, consistência, da não compensação e de especialização dos exercícios e materialidade.

- ✓ As disponibilidades são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- ✓ As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O sistema de custeio utilizado na valorização das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.
- ✓ As dívidas de e a terceiros são registadas pelo valor dos documentos que as titulam.
- ✓ Os critérios de valorização do imobilizado são os consagrados no capítulo 4 – Critérios de Valorimetria, nomeadamente 4.1 – Imobilizações, do POCAL.
- ✓ O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição ou produção durante a fase de construção, não existe incorporação do custo com empréstimo e a sua transferência para imobilizado concluído depende da existência do auto de receção provisório;
- ✓ O critério de valorização dos investimentos financeiros, nomeadamente partes de capital e investimento em imóveis são valorizados ao custo de aquisição líquido de provisões e amortizações;
- ✓ O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas e disposições referidas no CIBE, Portaria n° 671/2000, de 17 de abril (2ª Série).
- ✓ Foi tido em conta o critério da materialidade, constante no artigo 34° do CIBE, sendo amortizados num só exercício os bens cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;
- ✓ Nos acréscimos e diferimentos, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento,

C. Gonzalez

A

bjc



- ✓ aplicando-se o princípio da especialização dos exercícios. No caso dos proveitos diferidos relativos ao subsídio ao investimento, o Município movimentará, periodicamente, para a conta 79.8 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, à medida que forem contabilizadas as amortizações do Imobilizado.

8.2.7 MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE IMOBILIZADO

Mapa anexo

8.2.8 DESCRIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO ATIVO IMOBILIZADO

Mapa anexo

8.2.14 ENTIDADES PARTICIPADAS

O município possuía apenas uma participação social na empresa Sociedade de Desenvolvimento do Norte. A sua venda foi efetuada no exercício de 2016, pelo que foi anulada a provisão que havia sido realizada na totalidade da sua participação (75.000 euros). Esta participação era minoritária e correspondia à percentagem de 0,7%.

Sociedade de Desenvolvimento do Norte, SA

Presidente do Conselho de Administração Dr.ª Maria João Monte

Av. Zarco - Edifício do Governo Regional

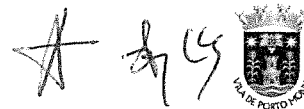
9004-527 Funchal

Telf: 291 215 740

Fax 291 215 758

Capital Social 425.000,00

Garcia



8.2.22 DÍVIDAS COBRANÇA DUVIDOSA

O município atualmente não determina os montantes por cobrar de natureza duvidosa.

8.2.26 CONTAS DE ORDEM

Mapa em anexo

8.2.27 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS

RUBRICA 49.1 DO POCAL

| Entidade | Saldo Inicial | Aumento | Redução | Saldo Final |
|--------------------------------|--------------------|------------|--------------------|-------------|
| Sociedade de Desenv., do Norte | 75 000,00 € | - € | 75 000,00 € | - € |
| Total | 75 000,00 € | - € | 75 000,00 € | - € |

OUTRAS PROVISÕES:

O município não regista provisões para cobranças duvidosas.

8.2.28 FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento no exercício foi o seguinte:

| Rubrica | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Aplic. Result. 2017 | Saldo Final |
|-----------------------------|------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|------------------------|
| 51 - Património | 7 545 554,51 € | - € | - € | - € | 7 545 554,51 € |
| 571 - Reservas Legais | 527 063,33 € | - € | - € | 33 110,03 € | 560 173,36 € |
| 59 - Resultados Transitados | 10 154 013,00 € | - € | - € | 629 090,56 € | 10 783 103,56 € |
| 88 - Resultado Líquido | 662 200,59 € | 553 822,28 € | 662 200,59 € | - € | 553 822,28 € |
| Total | 18 888 831,43 € | 553 822,28 € | 662 200,59 € | 662 200,59 € | 19 442 653,71 € |

Gonçalves

★

h4



Os movimentos nos Fundos Próprios explicam-se pelo seguinte:

- Aplicação do resultado líquido de 2018 de acordo com o POCAL, sendo 5% para Reservas Legais, dado que ainda não perfazia 20% do ativo líquido do ano anterior.
- Redução de Resultados Transitados (629.090,56 euros) referente a a aplicação de resultados líquidos 2017.

8.2.29 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Mapa em anexo.

8.2.31 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Detalhe como segue:

| RESULTADOS FINANCEIROS | FINAL 31/12/2017 | FINAL 31/12/2018 |
|---|-----------------------------|-----------------------------|
| Juros suportados | 15 384,07 € | 13 655,83 € |
| Provisões para aplicações financeiras | - € | - € |
| Outros custos e perdas financeiros | 10 271,31 € | 10 597,03 € |
| TOTAL CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS | 25 655,38 € | 24 252,86 € |
| Juros obtidos | 831,62 € | 1 292,17 € |
| Ganhos em entidades participadas | 231,13 € | - € |
| Rendimentos de Imóveis | 26 549,39 € | 39 999,50 € |
| TOTAL PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS | 27 612,14 € | 41 291,67 € |
| TOTAL | 1 956,76 € | 17 038,81 € |

Garcia

* 1/13



8.2.32 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Detalhe como segue:

| RESULTADOS EXTRAORDINARIOS | FINAL 31/12/2017 | FINAL 31/12/2018 |
|---|-----------------------------|-----------------------------|
| Perdas em existências | 27 158,36 € | - € |
| Perdas em imobilizações | - € | - € |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 1 779,38 € | 112 205,55 € |
| TOTAL CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS | 28 937,74 € | 112 205,55 € |
| Ganhos em existências | - € | - € |
| Ganhos em imobilizações | - € | 120 497,43 € |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 51 904,27 € | - € |
| Outros proveitos de ganhos extraordinários | 1 337,51 € | - € |
| TOTAL PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS | 53 241,78 € | 120 497,43 € |
| TOTAL RESULTADOS EXTRAORDINARIOS | 24 304,04 € | 8 291,88 € |

Resultados Líquidos

Os Resultados Líquidos referentes ao Ano apresentam-se como positivos no montante de € 553.822,28.

OUTRAS NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

Detalhe como segue:

| RESULTADOS OPERACIONAIS | FINAL 31/12/2017 | FINAL 31/12/2018 |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDA | 80 257,84 € | 50 629,67 € |
| FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS | 2 113 475,72 € | 1 733 108,95 € |
| TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES E PREST.SOCIAIS | 719 086,09 € | 953 743,85 € |
| CUSTOS COM O PESSOAL | 1 221 877,81 € | 1 373 708,83 € |
| OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS | 379,59 € | - € |
| AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO | 562 400,88 € | 605 763,99 € |
| TOTAL CUSTOS E PERDAS | 4 697 477,93 € | 4 716 955,29 € |
| VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 683 610,31 € | 724 078,78 € |
| IMPOSTOS E TAXAS | 881 309,52 € | 692 686,49 € |
| TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS | 3 768 497,89 € | 3 828 681,55 € |
| TOTAL PROVEITOS E GANHOS | 5 333 417,72 € | 5 245 446,82 € |
| RESULTADOS OPERACIONAIS | 635 939,79 € | 528 491,53 € |

garcias

★ hcy



OUTROS

O município cumpriu com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, tendo para o efeito apurado e reportado os respetivos fundos disponíveis. Refira-se ainda que os mesmos são positivos em 2018.

PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

A conta 51 (ano N) deverá ser reforçada, quando o seu valor não corresponde a 20% do ativo líquido do ano n-1.

Nos termos do ponto 2.7.3.5 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no valor positivo de Euros 553.822,28, seja transferido 5% para reforço da Reserva Legal e o restante para reforço da conta 51, até atingir 20% do ativo líquido, sendo que se sobrar saldo o restante será transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Sugere-se ainda que, em 2018, se proceda às regularizações relativas aos anos anteriores.